



**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL**



**MARCO ANTONIO HENRIQUE**

**A INDUSTRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS  
CAMPOS-SP: uma abordagem a partir da História Econômica Local**

**MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO**

**CURITIBA**

**2012**

MARCO ANTONIO HENRIQUE



**A INDUSTRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS  
CAMPOS-SP: uma abordagem a partir da História Econômica Local**

EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista na Pós Graduação em Gestão Pública Municipal, Modalidade de Ensino a Distância, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR – *Campus* Curitiba.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz

CURITIBA

2012



Ministério da Educação  
**Universidade Tecnológica Federal do Paraná**  
Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação  
Especialização em Gestão Pública Municipal



---

## TERMO DE APROVAÇÃO

### **A INDUSTRIALIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS-SP: uma abordagem a partir da História Econômica Local**

Por

**Marco Antonio Henrique**

Esta monografia foi apresentada às 14 horas do dia 22 de novembro de 2012 como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, *Campus* Curitiba. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

---

Prof. Dr. Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz  
UTFPR – *Campus* Curitiba (orientador)

---

Prof. Dr. Christian Luiz da Silva  
UTFPR – *Campus* Curitiba

---

Prof M.Sc. Eduardo Bernardes de Castro  
UTFPR – *Campus* Curitiba

Dedico este trabalho aos amigos Luís Geraldo Schonenberg e Lúcia Zingg por terem me dado condições iniciais para que estudasse e assim criasse bases para o meu futuro.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço a Deus pelo dom da vida, pela fé e perseverança para vencer os obstáculos;

Ao Professor Doutor Sérgio Muniz, pela orientação no desenvolvimento desta monografia;

Aos membros da banca examinadora: professor doutor Sérgio Muniz, professor doutor Christian Luiz da Silva e professor mestre Eduardo Bernardes de Castro.

Aos professores, servidores e funcionários da UTFPR – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, por tudo que fizeram;

A Regiane e aos funcionários do Polo da UTFPR de São José dos Campos, por todo apoio e por estarem presentes sempre;

Aos meus colegas de curso pelos bons momentos vividos;

À minha família, por todos os momentos que me ajudaram nessa vida, sem eles nada seria.

Aos meus amigos que sempre estiveram comigo, me apoiando em minhas decisões;

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (Preâmbulo da CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL de 1988).

## RESUMO

HENRIQUE, Marco Antonio. A Industrialização do Município de São José dos Campos SP: uma abordagem a partir da História Econômica Local. 2012. 57f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

Este trabalho teve como tema a industrialização no município de São José dos Campos, interior do estado de São Paulo a partir de uma análise da história econômica local. Para tanto foi realizado um levantamento bibliográfico e documental acerca do processo de industrialização brasileira, em especial no estado de São Paulo onde esta ocorreu de maneira mais concentrada. Os dados foram ordenados de maneira cronológica de modo que possibilitou traçar um paralelo entre os fatos, as políticas criadas e o crescimento econômico industrial. Na análise regional e local foram constatados aspectos geográficos, locacionais e políticos que favoreceram investimentos localizados, isso tanto por parte do governo (capital estatal) quanto pelo capital privado a partir de políticas de incentivos fiscais. A pesquisa mostrou o crescimento municipal de São José dos Campos – SP superior à média do estado de São Paulo, bons indicadores econômicos, sociais e de renda (superiores em grande parte à média da Região de Governo e do estado de São Paulo). No entanto, uma crítica ao processo de industrialização local é a carência em algumas áreas como políticas de sustentabilidade ambiental e habitação, reflexo do crescimento desordenado da cidade.

**Palavras-chave:** industrialização, economia regional, políticas públicas, desenvolvimento regional.

## ABSTRACT

HENRIQUE, Marco Antonio. A Industrialização do Município de São José dos Campos SP: uma abordagem a partir da História Econômica Local. 2012. 57f. Monografia (Especialização em Gestão Pública Municipal) – Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública Municipal da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

This work was based on the industrialization in São José dos Campos, in the state of São Paulo from an analysis of economic history site. To do so was based on a literature and documentary about the process of industrialization, especially in the state of São Paulo where this occurred more narrowly. Data were ordered chronological manner so that possible to draw a parallel between the facts, the policies created industrial and economic growth. In analyzing regional and local geographic features were found, locational and politicians who favored investments located, so both by the government (state capital) and by private capital from tax incentive policies. Research has shown growth Municipal de São José dos Campos - SP higher than the average of São Paulo, good economic indicators, social and income (largely superior to the average of the Region Government and the state of São Paulo). However, a criticism of local industrialization process is the lack in some areas as policies for environmental sustainability and housing, reflecting the sprawl of the city.

**Keywords:** industrialization, regional economics, public policy, regional development.



## **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1 – Mapa do município de São José dos Campos – SP	33
Figura 2 – Vista aérea da cidade de São José dos Campos	34
Figura 3 – Vista aérea da GM - General Motors	38

## LISTA DE TABELA

Tabela 1 – Principais indústrias e o período de instalação em São José dos Campos	39
Tabela 2 – Território e População.	43
Tabela 3 – Habitação e infraestrutura urbana	43
Tabela 4 – Estatísticas vitais e saúde	44
Tabela 5 – Condições de Vida	45
Tabela 6 – IDH do Brasil	45
Tabela 7 – IDH de São José dos Campos – SP	46
Tabela 8 – Educação	46
Tabela 9 – Emprego e Rendimento	48
Tabela 10 – Economia	48

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Crescimento Acumulado do PIB Nacional (1900 – 2000).	26
Gráfico 2 – Crescimento populacional de São José dos Campos – SP	41
Gráfico 3 - Estabelecimentos por setores econômicos em 2010	42
Gráfico 4: Crescimento total do PIB de SJC (em milhões de reais).	42

## LISTA DE SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local  
CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico  
CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial  
CNPU - Conselho Nacional de Planejamento Urbano  
CTA – Centro Tecnológico da Aeronáutica  
EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica  
ENGESA - Engenheiros Especializados S/A  
FATEC – Faculdade de Tecnologia do Estado de São Paulo  
GM – General Motors S/A  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IPEA – Instituto de Pesquisas Econômica Aplicada  
ITA – Instituto Tecnológico da Aeronáutica  
JK – Juscelino Kubistchek  
P&D – Pesquisa e Desenvolvimento  
PETROBRÁS - Petróleo Brasileiro S/A  
PIB – Produto Interno Bruto  
PMSJC – Prefeitura Municipal de São José dos Campos  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
R\$ - Reais  
SEADE – Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados  
SJC - São José dos Campos  
SUMOC - Superintendência da Moeda e do Crédito  
U\$ - Dólares Americanos  
UNESP – Universidade estadual Paulista  
UNIFESP – Universidade Federal de São Paulo  
UNITAU – Universidade de Taubaté  
UNIVAP – Universidade do Vale do Paraíba

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	14
1.1 Tema.....	14
1.2 Problema.....	15
1.3 Justificativa.....	15
1.4 Objetivos .....	15
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	16
2.1 A Industrialização brasileira: uma introdução histórica .....	16
2.1.1 Primeira metade do século XX: as bases da industrialização .....	19
2.1.2 Segunda do século XX: a industrialização pesada .....	21
2.1.3 Crescimento e Desenvolvimento Econômico Regional.....	28
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	30
3.1 Tipos de pesquisa .....	30
3.2 Área de realização .....	31
3.3 Instrumentos e coletas dos dados.....	32
3.4 Análise dos dados.....	32
4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....	33
4.1 A transição econômica do município de São José dos Campos: da economia agrícola à industrial.....	33
4.2 O município de São José dos Campos hoje: suas conquistas e desafios	40
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO .....	50
REFERÊNCIAS.....	52

## 1 INTRODUÇÃO

A Região do Vale do Paraíba Paulista, localizada entre o eixo Rio-São Paulo é uma das áreas mais desenvolvidas do estado de São Paulo. A região teve seu apogeu econômico no século XX, com a industrialização do país.

O município de São José dos Campos teve um rápido crescimento econômico durante esse século, sobretudo pela instalação de importantes empresas públicas e institutos de pesquisa no local, fator que levou à formação do polo aeronáutico. A economia do município deixou de ser baseada na agricultura para basear-se na indústria.

O ponto de partida desse trabalho é a industrialização brasileira e em especial a do estado de São Paulo, o que mais se desenvolveu nesse aspecto. A partir de então a análise teórica parte para a visão local ou a conceituação do município de São José dos Campos, sua formação, a forma como ocorreu a dinâmica de capital que o levou a industrialização e o papel do Estado nesse processo.

### 1.1 Tema

O tema proposto: “A Industrialização do Município de São José dos Campos: uma abordagem a partir da história econômica local” é relevante tendo em vista abordar aspectos da história econômica e de políticas públicas envolvidas nesse processo. No início do século XX, Taubaté – SP, município vizinho de São José dos Campos, era o mais importante em termos econômicos, tendo abrigado a “Convenção de Taubaté”, importante evento que definiu os rumos da cafeicultura brasileira. No entanto, a partir dos anos de 1970, São José dos Campos ultrapassa Taubaté em números de habitantes e importância econômica, consolida-se como polo tecnológico, sendo atualmente reconhecido internacionalmente pela vocação industrial e de pesquisa, sobretudo na área aeroespacial.

## 1.2 Problema

Conforme exposto, essa pesquisa tem por finalidade analisar o processo de industrialização do município de São José dos Campos a partir da história econômica local. Para tanto, essa monografia responderá a seguinte questão:

- Como ocorreu a industrialização do município de São José dos Campos (a consolidação do município como importante polo tecnológico)?

## 1.3 Justificativa

A relevância e conseqüentemente a justificativa para essa pesquisa é a importância que essa questão remete a todo sistema econômico local. Um estudo a partir da história econômica local ajudará no entendimento de todo o sistema da formação da economia do município: os aspectos políticos e a transição da economia baseada na agricultura para a industrial no final do século XX.

## 1.4 Objetivos

O objetivo geral da presente pesquisa é analisar a transição econômica do município de São José dos Campos-SP: de economia agrícola a industrial a partir de aspectos como a história econômica e políticas públicas que possam estar envolvidos.

Constituem-se objetivos específicos da pesquisa:

- Descrever a industrialização do estado de São Paulo e o crescimento econômico regional;
- Analisar a situação econômica do município de São José dos Campos no começo do século XX;
- Analisar o crescimento e o desenvolvimento econômico em seus aspectos regionais, sobretudo na transição da economia agrícola para a industrial;
- Avaliar a influência das políticas públicas federais e estaduais no processo de industrialização do Município;
- Mostrar a situação econômica atual do município de São José dos Campos, frente ao desafio de continuar se desenvolvendo.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1 A Industrialização brasileira: uma introdução histórica**

A forma de como ocorreu a industrialização brasileira e, sobretudo no estado de São Paulo é bastante controversa e baseia-se em pontos de vista de diferentes autores e escolas de pensamento econômico. As principais teorias sobre a industrialização do Brasil e a periodização é bastante polêmica e permite diferentes pontos de vista sobre o assunto. Para alguns autores, entre eles Lacerda (2006), a industrialização do Brasil teve início nos anos de 1885. Alguns fatores como mão de obra assalariada, formadas com a imigração em massa, a abolição da escravatura e a intensificação das estruturas pré-capitalistas foram os principais responsáveis. As mudanças de pensamento da sociedade, que não mais aceitavam que o país devesse ser exclusivamente agrário contribuíram de maneira muito especial para o processo de industrialização. No final do século XIX, o Brasil já contava com grandes indústrias como: as indústrias Matarazzo; o grupo Votorantim e outros grandes grupos industriais.

Celso Furtado expõe em sua obra denominada “Formação Econômica do Brasil” um retrato do país e suas barreiras para a industrialização. A partir de uma constatação histórica, o autor identifica como importantes pontos de estrangulamento econômico brasileiro, sua questão periférica e as assimetrias sociais que impossibilitavam a inovação. A questão histórica, principalmente no que diz respeito ao “centro – periferia” teria criado empecilhos políticos, sociais e ideológicos que permaneciam fortes na economia a ideia do país subdesenvolvido. Neste caso, a industrialização do Brasil deveria partir de uma análise do social ao estrutural (FURTADO, 1998).

Para Suzigan (2000), a industrialização no Brasil surgiu a partir de quatro grandes interpretações:

- 1) Teoria dos choques adversos: analisa a industrialização a partir de crises no setor importador e crises econômicas internacionais. Seriam essas adversidades as responsáveis pela industrialização no Brasil uma vez que



com elas surgiram dificuldades no setor exportador e criou-se assim um mercado interno motivado pela necessidade de bens antes importados;

- 2) Industrialização como resultado da expansão das exportações: analisa a industrialização como resultado das exportações. As exportações de café criaram no Brasil condições para a industrialização. Criaram-se habilidades empresariais, infraestrutura, capital para investimento e mão de obra para que se desenvolvesse a industrialização;
- 3) Industrialização como desenvolvimento do capitalismo ou capitalismo tardio: Analisa a industrialização como desenvolvimento da economia baseada na produção cafeeira. Sugere a transição da economia agrícola para a industrial como a transição do trabalho escravo para o trabalho assalariado. Condições internas e externas teriam criado condições para a industrialização;
- 4) Industrialização promovida por políticas governamentais: Analisa a industrialização como sendo promovida por políticas governamentais. Através de subsídios, políticas fiscais e proteção tarifária em que o governo criou as condições necessárias para promover a industrialização no Brasil.

De acordo com a pesquisa de Curado e Cruz (2008) o período de desenvolvimento da industrialização no Brasil (conforme periodização estipulada por Maria da Conceição Tavares (1975) e João Manoel Cardoso de Mello em (1982)) é dividida em três fases consecutivas:

- 1) A fase do crescimento com diversificação da atividade industrial (1860-1933):  
Na primeira fase a industrialização apresenta um aumento de produtos de consumo não duráveis com pouca representatividade de produtos ligados a produção de bens e intermediários. Esse período a industrialização estava bastante ligada ao setor cafeeiro, sendo um complemento econômico.
- 2) A industrialização restringida (1933-1955):  
Na segunda fase, a industrialização se intensifica e o ritmo de crescimento da economia passou a estar ligado com a expansão industrial. Houve um ligeiro aumento da produção de bens de capital e uma diminuição da importância aos bens de consumo. Um crescimento endógeno não ligado à demanda externa, mas acumulação de capital no setor industrial. Essa fase ficou conhecida como “industrialização restringida” uma vez que a produção

industrial estava ligada a capacidade de importação de bens de produção, o que dependia das divisas obtidas do setor primário exportador.

### 3) A industrialização pesada (1955-1980):

A terceira fase de industrialização, conhecida como industrialização pesada inicia-se em 1955 com o Plano de Metas. Essa época é marcada por investimentos em blocos localizados na economia, com a forte presença do capital internacional e público na economia. O que distingue essa fase das demais é o tipo de investimento: que cresce a frente da demanda e pelas estruturas técnica e financeira do capital.

Outro importante pesquisador sobre as fases da industrialização no estado de São Paulo foi Warren Dean (1991). De acordo com seu livro, “Industrialização no estado de São Paulo”, os seguintes eventos e periodização marcaram tal processo:

- **Origens Econômicas e Sociais do Empresariado (1880 - 1914).** O café foi o precursor do capital necessário ao processo de industrialização. A importação do produto mais dinâmico da economia possibilitou a formação de capital e o desenvolvimento das habilidades necessárias para que as primeiras indústrias aparecessem, ainda que de maneira bastante isolada. Somaram-se a esses fatores a facilidade de logística na distribuição, originária do escoamento da produção cafeeira (estradas de ferro) e a mão de obra abundante (DEAN, 1991);
- **Crescimento Industrial: Circunstância e Estrutura (1914 -1930).** São Paulo possuía melhores condições para a instalação de indústrias, entre as quais o menor custo indireto de produção, o que incluía facilidade no sistema logístico: portos, estradas etc. A Primeira Guerra mundial foi um fator crucial nesse período, pois dificultou a exportação do café e a importação de produtos industrializados. Com o sistema em crise e a impossibilidade da importação, os produtos tiveram de ser produzidos no Brasil. Isso abriu espaço para a industrialização brasileira e principalmente no estado de São Paulo: mão de obra proveniente da agricultura cafeeira em crise, capital necessário e a necessidade de produtos manufaturados gerando desta forma um mercado consumidor interno (DEAN, 1991);
- **Os Industriais enfrentam a Sociedade e o Estado (1920-1945).** Um fator importante no processo de industrialização do estado de São Paulo de acordo com Dean eram as condições que os funcionários nas indústrias passavam: a jornada de trabalho era extensa e envolvia contratação de mulheres e crianças, eram mal pagos, no entanto isso era justificado pelo empresariado uma vez que havia outros benefícios que os funcionários das indústrias recebiam, tais como: transporte, creche para os filhos etc. Na década de 1930 ocorreram importantes mudanças na situação político -

social do Brasil: os trabalhadores das indústrias passaram a se organizar em classes (de maneira mais intensa), ocorreu uma maior intervenção do Estado na economia e ocorre uma maior preocupação com o aspecto social dos trabalhadores e de seus familiares. Durante o período denominado Estado Novo do governo Getúlio Vargas ocorre uma importante expansão da industrialização, tanto pelo investimento estatal direto quanto pela facilidade de financiamento público à projetos industriais privados (DEAN, 1991).

Diante das diferentes interpretações dos diferentes autores, o que é bastante nítido é que para que a industrialização ocorresse era necessário superar diversos problemas: políticos, culturais e estruturais. Dentre estes estava a questão da formação de capital. Estudos feitos pela Cepal mostravam que o país não possuía uma poupança interna, e que para conseguir o capital necessário para grandes investimentos seria necessária uma mudança comportamental da sociedade, ou então atrair investimentos externos. Entretanto, para atrair investimentos de fora seria necessário criar situações confortáveis para que o capital estrangeiro entrasse no país. No entanto, uma alternativa à abertura ao capital externo era fortalecer a indústria nacional através de subsídios, políticas fiscais e investimentos em infraestrutura. Importantes escolas e autores desenvolveram estudos relevantes que possibilitaram um avanço na economia brasileira. Destaca-se o pensamento nacionalista de Celso Furtado, que defendia a ampla participação do Estado na economia. Segundo ele, as empresas estatais deveriam investir em infraestrutura para garantir a industrialização do país, assim como o rompimento com as oligarquias e a criação de políticas sociais de distribuição de renda e reforma agrária. Esse rompimento as oligarquias deveria ser acompanhada de inovações tecnológicas que visassem à modernização inclusive do setor agrícola (VIEIRA, 2009).

### **2.1.1 Primeira metade do século XX: as bases da industrialização**

No início do século XX o Brasil era país agrário e sua economia era baseada, sobretudo no café, o produto mais dinâmico da economia brasileira. Quando esse produto começa a entrar em declínio devido ao aumento da produção e posteriormente com a crise no mercado internacional, uma nova ideologia política e

econômica começa a desenvolver no país, são os primórdios da industrialização (RICCI, 2006).

Martins (1990) menciona que a crise econômica provinda com a crise do café levou o país ao caos, levando ao dilema de colher ou não a produção. O escoamento do excedente da produção não teria lugar no mercado internacional e os níveis normais de preço seriam normalizados no período mínimo de dez anos. O governo, através de políticas econômicas protecionistas bancou a colheita do café com ideia de estocar e posteriormente destruir o produto para manter os preços no mercado interno. Essa situação econômica manteve a renda do setor importador e encareceu o produto importado devido a demanda. Essa situação levou ao surgimento de indústrias nacionais que produzissem a preços competitivos os produtos importados. Desta forma a indústria surge como opção à substituição das importações.

A partir dos anos de 1933 começa no Brasil o período de industrialização acelerada tendo como origem a crise econômica do setor agroexportador dos anos anteriores e o fim da oligarquia política que abre espaço para a indústria como objeto de políticas públicas (SUZIGAN, 2000).

Martins (1990) menciona que o fortalecimento da indústria nacional deve-se às habilidades empresariais adquiridas com o mercado internacional em períodos anteriores (exportação de café e importação de produtos industrializados), o excedente financeiro das exportações que gerou capital e a superação da necessidade de mercado interno competitivo. Segundo esse autor, mais importante do que a ideia de substituição das importações está a de fortalecimento das indústrias nacionais existentes que encontraram lugar na economia nacional, com o fortalecimento do mercado interno e a ruptura do sistema oligárquico do café.

Com relação à nova visão política, de acordo com Caputo & Melo (2009), o fortalecimento do Estado Nacional frente à questão econômica, com investimentos diretos na economia ocorreu principalmente na primeira metade do século XX, em especial no governo de Getúlio Vargas. São dessa época:

- Conselho Nacional do Petróleo (1938);
- Companhia Siderúrgica Nacional (1941);
- Companhia Vale do Rio Doce (1943);

- Companhia Hidrelétrica do São Francisco (1945).

A industrialização nessa primeira metade do século XX estava baseada no capital privado interno e no capital estatal. O núcleo inicial do setor industrial do país: tecidos, alimentos, têxtil e bebidas eram de propriedade do nacional e a necessidade de atrair investimentos era preeminente além de criar bases estruturais que atraíssem capitais e investimentos de médio e longo prazo.

Através de seus três governos – o revolucionário (1930-1937), o ditatorial (1937-1945) e o democrático (1951-1954), Getúlio Vargas foi o responsável pela montagem da infraestrutura básica sobre a qual se estruturou o capitalismo industrial brasileiro. [...] Isto não significa plena concordância com o nacional-desenvolvimentismo de Vargas, nem com o corporativismo do Estado Novo, nem com o populismo que lhe seguiu. Independentemente da vontade ou da consciência dos governantes que sucederem a Vargas – democratas ou ditadores, civis ou militares, de esquerda ou de direita – todos tiveram que partir da base construída por ele. (FROELICH, p. 3, 2007).

### **2.1.2 Segunda do século XX: a industrialização pesada**

Num segundo momento, diante da falta de recursos para investimentos e a necessária atração de capital externo, o governo cria condições que faz com que esse capital seja bem vindo ao país, em especial através de mudanças da taxa de câmbio e mudanças estruturais. Até 1953 a taxa de câmbio foi mantida fixa pelo governo. Com a moeda nacional valorizada, as indústrias nacionais seriam beneficiadas devido à importação de produtos, entretanto isso acarretava uma desvalorização dos dólares que entrassem no país e conseqüentemente encarecia o produto nacional frente às exportações, o que apresentava reflexos diretos na balança comercial. Somente em 1953, com a desvalorização do cruzeiro, iniciava-se uma série de medidas de atratividade de capital estrangeiro na economia. Essas medidas levaram o país a se industrializar e ocupar um papel de destaque na economia mundial. Um dos grandes estímulos ao setor industrial foi à criação da Instrução 113 da SUMOC Superintendência da Moeda e do Crédito. A política cambial tinha por objetivo permitir a importação de máquinas e equipamentos sem cobertura cambial. Essa medida teve como consequência imediata a expansão de

áreas estratégicas da indústria brasileira, sobretudo ligadas a indústrias de base (CAPUTO & MELO 2009).

No Brasil, a política de industrialização pesada ganha força em especial no Plano de Metas, em que o governo começou grandes obras com a finalidade de gerar crescimento econômico. O governo assumia os setores menos lucrativos da economia, que necessitavam de enormes montantes de capital e longo prazo de maturação (MANTEGA, 1990).

O setor de indústrias de base do Plano de Metas recebeu, entre 1955 e 1959, 55,4% equipamentos estrangeiros que entraram como investimento direto via Instrução 113, o equivalente a 93,6% do total, se for desconsiderados os investimentos em setores que não faziam parte do Programa de Metas. Tais dados confirmam a importância do desenvolvimento deste setor nas metas do governo Kubitschek. [...] um dos critérios para a escolha do setor onde o capital público e privado deveria investir era a demanda derivada que gerava, ou seja, a expansão de alguns setores aumentava a demanda em outros. Assim, a meta da indústria mecânica e de material elétrico pesado foi programada a partir da demanda derivada dos setores das indústrias de base e do setor de energia; a meta da indústria automobilística direcionou a programação de autopeças, de metais não ferrosos e de borracha; a de mecanização da agricultura levou à fabricação de tratores; a da marinha mercante à indústria de construção naval, e a de cimento, um impacto no Plano de Metas como um todo. (CAPUTO & MELO, p. 527, 2009).

De acordo com Vieira (2009), o Plano de Metas visava investimento em trinta e uma metas prioritárias divididas em cinco grupos estratégicos e a meta síntese – a construção da nova capital federal:

- 1) Energia (43% dos investimentos);
- 2) Transporte (29,6% dos investimentos);
- 3) Alimentação (3,2% dos investimentos);
- 4) Indústria de base (20,4% dos investimentos);
- 5) Educação (3,4% dos investimentos);
- 6) Construção de Brasília.

O crescimento econômico superior a média apresentada historicamente foi o que marcou o governo de JK. As políticas públicas orientadas para o desenvolvimento defendiam a participação do Estado como indutor do processo de crescimento econômico: sinalizando os rumos da economia e direcionando os investimentos, principalmente através de políticas que atraíssem e gerenciassem o

investimento externo nas áreas estratégicas: infraestrutura e indústria siderúrgica. No entanto, como consequência imediata houve uma forte “internacionalização” na economia com o capital externo, o que ocasionou o aumento significativo da dívida externa (VIEIRA, 2009).

Após o término do “período democrático” e a tomada do poder pelos militares em 1964, começa uma nova fase na história brasileira. No entanto, a criação do I e do II PNDs – Plano Nacional de Desenvolvimento no governo militar tinha por objetivo continuar o processo de industrialização iniciado pelo governo JK e elevar o país a potência mundial. Ainda, foi desta época: a intensificação de políticas de substituição das importações - que visavam produzir no mercado interno produtos antes importados; o Programa Nacional do Álcool – que tinha por objetivo amenizar a crise do petróleo com a substituição pelo álcool; e a desconcentração da indústria da capital para o interior (TERCI, 2009).

As interpretações sobre os fatores determinantes do “milagre” encontradas na literatura podem ser divididas em três grandes grupos, não necessariamente excludentes, e que enfatizam:

a) a política econômica do período 1968-1973, com destaque para as políticas monetária e creditícia expansionistas e os incentivos às exportações;

b) o ambiente externo favorável, devido à grande expansão da economia internacional, à melhoria dos termos de troca e ao crédito externo farto e barato; e

c) as reformas institucionais do Paeg (1964-1966), em particular as fiscais/tributárias e financeira, que teriam criado as condições para a aceleração subsequente do crescimento (VELOSO *et al*, p. 11, 2007).

Suzigan (2000) salienta que a partir da segunda metade do século XX em especial durante o governo militar, importantes políticas industriais foram criadas, algumas de foco regional, o que diminuiu o distanciamento entre as questões políticas e o foco da industrialização. No entanto, tais políticas e ações favoreceram a economia nacional e a concentração de renda per capita. Prevaleceu a ideia no Nacional Desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal, o Estado ganhou uma nova forma de atuação e de regulação das atividades econômicas.

Ainda, de acordo com Veloso *et al* (2007), essas mudanças criaram no Brasil as condições necessárias para o crescimento econômico jamais visto e que levaram o país à industrialização e ao desenvolvimento no aspecto estrutural. O ambiente externo favorável e a abertura ao mercado internacional possibilitou a atração de

financiamento externo para indústrias e projetos nacionais. As reformas políticas e institucionais fizeram com que diminuísse os gastos públicos e aumentasse a arrecadação de impostos, o que possibilitou investimentos estatais diretos e financiamentos que estimulassem o crescimento econômico. A reforma do sistema financeiro levou ao fortalecimento do mercado de capitais, incipiente e quase inexistente no Brasil. Além disso, são desse período a criação do: Sistema Financeiro de Habitação, Banco Nacional de Habitação e Caixa Econômica Federal.

Outro aspecto de suma importância foi o incentivo às exportações trazidas por políticas públicas e colocadas em prática através de leis que incentivavam a produção industrial:

- Lei 4.502 de novembro de 1964: oferecia isenção do imposto sobre as exportações de produtos industrializados;
- Lei 4.663, de junho de 1965: oferecia isenção do imposto de renda sobre os lucros das exportações;
- Decreto-lei 37, de novembro de 1966: oferecia devolução dos impostos de importação incidentes sobre matérias-primas e componentes importados, que tenham sido utilizadas em produtos exportados;
- Constituição de 1967: oferecia isenção do imposto sobre a circulação de mercadorias sobre as exportações de produtos manufaturados.

No período do “Milagre Econômico Brasileiro” as condições de infraestrutura do país tiveram uma melhora significativa, assim como o sistema de comunicações e energia, o que em outras épocas impediam o crescimento industrial. Importantes projetos industriais eram custeados com financiamentos públicos e externos. A facilidade de crédito levava ao endividamento do país, que deixava aos poucos a condição de fornecimento de commodities para exportador de produtos industrializados (SUZIGAN, 2000).

No aspecto geográfico da indústria brasileira, neste período (década de 1970) houve uma “desconcentração” da capital, São Paulo em direção às demais regiões do país. Isso foi possível graças diversos organismos e instrumentos institucionais do Governo Federal que muito contribuíram para que esse processo ocorresse (CNPU - Conselho Nacional de Planejamento Urbano; CDI - Conselho de Desenvolvimento Industrial; CDE - Conselho de Desenvolvimento Econômico, que



restringiu a concessão de incentivo às indústrias que pretendiam se instalar na Região Metropolitana de São Paulo). Esse movimento de capital permitiu a instalação de importantes indústrias não apenas em outros estados, mas também da capital para o interior do estado de São Paulo, beneficiando importantes cidades, entre as quais: Campinas, São José dos Campos, Taubaté, Jundiaí, São Carlos, Piracicaba e Sorocaba (mais dinâmicas), e Amparo, Indaiatuba, Rio Claro, Americana, Araraquara, Santa Bárbara D'Oeste, Sumaré, Pindamonhangaba, Salto, Itu, Botucatu, entre outras (CLEPS, 2003).

Nos primeiros meses de 1973 a economia brasileira cresceu 14%, o que leva esse período ao auge do “Milagre Econômico Brasileiro”, o período mais dinâmico da economia nacional. No entanto, no último trimestre desse mesmo ano o mundo passa pela crise do petróleo, importante fato econômico que gera aumentos nos preços (em razão do aumento do petróleo que passa de U\$ 2,90 U\$ 12,00 o barril) e causa recessão e forte queda na economia brasileira. O crescimento econômico dos anos anteriores era insustentável e nessa condição de instabilidade econômica mundial o governo brasileiro lança o II PND – Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico que tinha como meta prosseguir com a industrialização e o crescimento econômico do Brasil (FONSECA & MONTEIRO, 2007).

O II PND foi o último plano de desenvolvimento econômico idealizado e efetivamente implantado no Brasil. Enquanto o I PND, que norteou o “milagre” econômico, pode ser considerado um plano de crescimento econômico, na medida em que não se preocupou com o aspecto distributivo (o presidente Garrastazu Médici expressava de forma singela esta assertiva com a colocação de que “a economia vai bem, mas o povo vai mal”), o II PND foi certamente um plano de desenvolvimento econômico, porque além de almejar altas taxas de crescimento econômico estava centrado em setores de amplo espectro – o de bens de capital, em particular – e pretendia, também, estabelecer um processo de democratização caracterizado, entre outras coisas, por melhor distribuição de renda (FROELICH, p. 2, 2007).

Ainda, com relação à crise que afetou o país nos anos de 1970, Suzigan (2000) argumenta que a diminuição do crescimento econômico aconteceu devido a causas econômicas e estruturais. Isso aconteceu devido a diversos fatores econômicos: perda do dinamismo da substituição das importações; conjunturais devido à instabilidade macroeconômica subsequente a crise da dívida e causas políticas. O nacional desenvolvimentismo e o intervencionismo estatal haviam

perdido espaço na economia brasileira e isso ficou bastante evidente no período final do governo militar. A crise dos anos de 1980 mostrou que todas as ações políticas que orientavam o setor industrial e econômico do país não mais se aplicavam assim como a orientação do mercado também não se aplicava na regulação interna uma vez que a economia brasileira manteve-se fechada ao comércio internacional.

De acordo com Suzigan (2000), a crise do Estado como regulador do sistema econômico – industrial do Brasil fez com que este perdesse espaço. Isso aconteceu principalmente no aspecto das privatizações e no corte orçamentário para o financiamento industrial e desenvolvimento do parque tecnológico, fator que reduziu a concessão de incentivos e subsídios fiscais a investimentos P&D exportação e outros. A abertura comercial no governo de Fernando Collor de Melo marca a nova etapa do processo econômico-industrial do país. Diminuição da participação do Estado na economia, internacionalização através do aumento da importação e necessidade de renovação do aparato produtivo nacional para competir com produtos importados.

O gráfico 1 mostra o crescimento acumulado do PIB – Produto Interno Bruto no século XX:

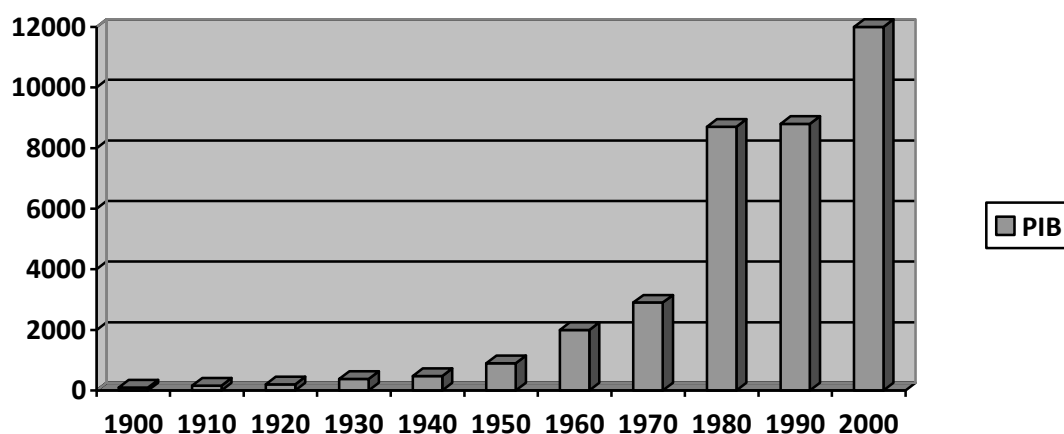


Gráfico 1: Crescimento Acumulado do PIB Nacional (1900 – 2000).

Fonte: ALVES, J. E; BRUNO, M. A. P, 2006

As políticas voltadas para a industrialização pesada, principalmente após a segunda metade do século (anos de 1950) trouxe reflexos significativos. Os maiores aumentos ocorreram entre as décadas de 1970 e 1980, sendo este último os anos de estagnação econômica no país. No final dos anos da década de 1990 até início

de 2000 o valor do PIB cresce em consequência de novas políticas econômicas, abertura comercial e fortalecimento da moeda. De acordo com Alves & Bruno (2006), o PIB brasileiro cresceu 12,7 vezes nesses 100 anos. Essa mudança no perfil do país o levou a ocupar uma posição privilegiada entre as principais economias do mundo. No entanto, de acordo com os mesmos autores, esse crescimento econômico expressivo não foi acompanhado de desenvolvimento e não trouxe consigo uma repartição justa da renda.

No final do século XX, com as novas medidas econômicas adotadas: abertura comercial, a Reforma do Estado e a implantação do Plano Real, o Brasil entra numa nova fase econômica. No primeiro momento essa mudança levou às empresas nacionais (e principalmente as indústrias) a renovarem seu parque tecnológico e sua forma de gestão para competir no mercado internacional. A estabilidade monetária trouxe poder de compras aos assalariados, principais prejudicados pelo processo inflacionário e a Reforma do Estado levou às privatizações de empresas nacionais e a diminuição do Estado atuando diretamente na economia através das estatais. O Estado passou a ocupar uma posição de “regulador” do sistema econômico, deixando de lado o Estado “interventor” de outrora. Inicia-se, então uma nova fase, o neoliberalismo econômico (HENRIQUE, 2011).

De acordo com Vieira & Santos (2012, p. 346):

Estudar o desenvolvimento econômico regional mediante uma análise histórica constitui um desafio significativo e também uma necessidade quanto a melhor compreensão dos fatores não econômicos que o afetam, em razão da premência de avaliar o impacto das políticas de desenvolvimento sobre a estruturação das diferenças regionais presentes no território brasileiro.

Pessoti (2009) salienta que a indústria é o ente dinâmico que acelera o desenvolvimento de uma região e favorece sua inserção no mercado global em que as economias desenvolvidas estão inseridas. Esse processo, além desse aspecto contribui no sentido de gerar empregos (geralmente com os maiores rendimentos frente às demais atividades). O autor ainda diz que as políticas industrialização estão na base de reformas estruturais que mudariam os rumos de uma economia periférica em desenvolvimento para as transformações necessárias no desenvolvimento econômico.

### 2.1.3 Crescimento e Desenvolvimento Econômico Regional

O crescimento econômico, visto como o crescimento da riqueza ou do PIB em dado momento da economia, pode ser considerado o ponto inicial para o desenvolvimento econômico, supondo que este traga melhoria nos padrões de vida e repartição da riqueza gerada pelo capital. O crescimento com desenvolvimento é o ponto ótimo esperado pelos reflexos do capital na economia. Esta situação seria alcançada quando a riqueza trouxesse melhoria nos padrões de vida da população: educação, saúde, cultura e qualidade de vida. O governo, agente principal nesse processo age como indutor do sistema econômico, direcionando as ações dos agentes e das unidades familiares, no sentido de alcançar o crescimento e o desenvolvimento (HENRIQUE, *et all*, 2010).

Amartya Sen (2010) define outros aspectos inerentes ao desenvolvimento econômico, principalmente a liberdade como um indicador de tal situação. Para o autor, o desenvolvimento econômico não se restringe apenas ao crescimento econômico e a melhoria dos indicadores de saúde, educação e condições básicas de vida, mas incluem a liberdade que o indivíduo possui para se expressar em seu meio: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparências e segurança protetora. O desenvolvimento econômico deveria garantir ao cidadão além de melhores condições de vida, um ambiente saudável e com liberdade de expressão e instituições fortes.

O desenvolvimento regional pressupõe análise econômica a partir do crescimento e desenvolvimento endógeno da economia. São as condições internas das diferentes regiões ou do ambiente local, que a partir da atuação dos mais diversos atores políticos e sociais levariam à condição ideal do ambiente econômico. Nesse aspecto, o papel do Estado em suas esferas: federal, estadual e municipal, através de políticas públicas sérias e comprometidas é de vital importância no alcance dos resultados (HENRIQUE, 2011).

De acordo com Vieira & Santos (2012), a análise do desenvolvimento regional a partir da investigação histórica é um desafio muito grande, tendo em vista que tal avaliação quase sempre é feita através da ciência econômica propriamente dita. Os

resultados de crescimento econômico e sustentabilidade são alcançados mediante a aplicação de modelos econômicos próprios e não de uma visão histórica.

No entanto, esses mesmos autores defendem que:

A incorporação dos conceitos e métodos de pesquisas relativos à pesquisa histórica implica na admissão de que aspectos não econômicos contribuem para o desenvolvimento econômico regional, particularmente as práticas culturais regionais e locais. A consolidação de traços culturais específicos pode impactar sobre as atividades econômicas regionais. Porém, a relação entre as atividades econômicas pertinentes ao desenvolvimento econômico regional e as características culturais presentes na população que ocupa cada região não é mecânica ou determinista. Nas últimas décadas, a historiografia assistiu ao crescimento da rejeição à ideia de que a vida social e cultural seja direta e linearmente determinada por dimensões relativas à economia e a vida material. O conceito desenvolvimento econômico regional decorre da ênfase dada às dinâmicas locais, cuja avaliação sob a perspectiva histórica é estratégica para a compreensão dos fatores a ele relacionados. A cultura regional é definida por questões institucionais e sociais, e os fatores que podem ser considerados essenciais para a melhora da qualidade de vida em uma determinada região, podem não ter impacto semelhante em outra (VIEIRA & SANTOS, 2012, p.346).

A análise da industrialização e do desenvolvimento regional a partir de dados históricos ajuda-nos a compreender os pontos iniciais e os fatores que criaram as bases para a atual situação, seja do ponto de vista das conjunturas econômicas ou das políticas públicas adotadas: da atuação direta ou indireta do Estado na economia. As políticas públicas voltadas ao aumento da competitividade local são um diferencial positivo no ajuste do espaço produtivo local. As aglomerações de atividades econômicas, assim como os “Arranjos Produtivos Locais” têm sido uma forma eficaz de inserir determinada região nos novos padrões de produção e de competitividade do mercado, uma vez que estimula a competitividade e a cooperação na busca pela qualidade e crescimento (GÓES & GUERRA, 2008).

O Estado possui um papel primordial na formação dos: “arranjos produtivos locais”, nas aglomerações de atividades econômicas ou na formação dos polos econômicos. Myrdal defende a teoria de que o Estado intervencionista (seja de forma direta ou indireta) através de políticas de planejamento regional pode atrair empresas para locais atrasados tendo por objetivo facilitar a atração de capital e de investimentos localizados, seria uma forma de atenuar os desequilíbrios criados pela livre força de mercado (GÓES & GUERRA, 2008).

### 3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para atingir os objetivos e conseqüentemente responder ao problema proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa foi realizada a partir de fontes secundárias de informação. Os dados foram obtidos em: artigos científicos e livros específicos e em banco de dados específicos: (*Scielo*, Google Acadêmico entre outros) e em sites de universidades.

O referencial teórico e os dados bibliográficos que permitiram a elaboração de um trabalho teórico estruturado: começando pela conceituação do processo de industrialização brasileira a partir das principais teorias sobre o tema, abrangendo principalmente a industrialização do estado de São Paulo, assim como a industrialização do município de São José dos Campos e os principais fatores envolvidos nesse processo.

Segundo Vergara (2000, p.12) “método é um caminho, uma forma, uma lógica de pensamento”. Nesse aspecto, o método é a maneira utilizada pelo autor para se chegar aos resultados esperados na pesquisa, é a maneira utilizada pelo pesquisador para desenvolver uma pesquisa. Neste sentido, com o método chega-se a conhecimentos válidos e verdadeiros, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando as decisões do cientista, significa a escolha dos procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos, ou seja, ao estudar determinado objeto, a metodologia mostra quais os procedimentos utilizados pelo pesquisador para atingir seu fim (RICHARDSON, 1999; LAKATOS, 2003).

#### 3.1 Tipos de pesquisa

Pode-se classificar a presente pesquisa como sendo qualitativa quanto ao seu delineamento:

- Qualitativa, uma vez que a pesquisa trabalha com informações de natureza qualitativa, como leis, regulamentos, normas e políticas públicas. Buscará a compreensão de fenômenos pela sua descrição e interpretação.

De acordo com Richardson (1999), o método qualitativo justifica-se, sobretudo por ser uma forma adequada de entender o fenômeno social.

Quanto aos objetivos, esta é uma pesquisa exploratória e descritiva, já que busca tornar explícito, explorar, descrever e conhecer as características da formação econômica do município de São José dos Campos a partir da história econômica. É uma pesquisa exploratória, pois foi realizada em uma área em que há pouco conhecimento acumulado e sistematizado (VERGARA, 2000).

Com relação ao delineamento, trata-se de uma pesquisa bibliográfica. Com a pesquisa em livros, monografias, dissertações de mestrado e tese de doutorado foi possível recolher, selecionar e interpretar as contribuições teóricas já existentes sobre o assunto. A análise desses trabalhos possibilitou o conhecimento das contribuições científicas sobre o assunto abordado no trabalho (MARTINS, 1994).

O trabalho também é documental. De acordo com Vergara (2000), esse tipo de pesquisa é aquela realizada em documentos conservados pelos mais diferentes órgãos públicos e privados, e esse trabalho utilizou principalmente documentos obtidos em bancos de dados de empresas, prefeituras e órgãos de pesquisa para chegar ao resultado proposto.

### **3.2 Área de realização**

A pesquisa tem como área de realização o município de São José dos Campos, localizado no Vale do Paraíba, interior do estado de São Paulo. A escolha desse local deve-se ao seu rápido e acelerado crescimento econômico dos últimos anos, frente ao crescimento menos relevante dos demais municípios da região.

Com intensificação do processo de industrialização do interior paulista no século passado, São José dos Campos ganhou cada vez mais destaque na economia regional.

### **3.3 Instrumentos e coletas dos dados**

Foram utilizadas fontes secundárias de informação, tais como: livros, artigos, teses, dissertações, legislação e documentos oficiais obtidos nos sites de órgãos públicos como IBGE, SEADE, Universidades, Prefeituras, entre outros.

- Os dados coletados em biblioteca são os relacionados a conceitos, definições e explicações do objeto de contextualização da pesquisa.
- Nas prefeituras e nas câmaras municipais da região (principalmente em site) foram coletados dados do município pesquisado: planos e perspectivas econômicas, políticas municipais de desenvolvimento municipal;
- Nos órgãos de pesquisa como IBGE, SEADE e IPEA foram coletados dados de pesquisas já realizadas referentes a situação econômica do país, população, distribuição geográfica, ocupação espacial e outros relacionados a pesquisa;

A pesquisa possui como recorte temporal, os dados superficiais da formação econômica de São José dos Campos e os principais aspectos ocorridos no século XX que o levaram à posição privilegiada que ocupa hoje, frente aos demais municípios da região.

### **3.4 Análise dos dados**

Após leitura detalhada dos diversos autores que fundamentam a pesquisa bibliográfica e a formação de opinião a respeito do assunto da pesquisa, foram elaborados e ordenados de forma cronológica os dados relacionados ao tema pesquisado: a industrialização a partir da história econômica. A pesquisa foi finalizada por meio de uma análise comparativa regional relacionada aos aspectos de melhorias e indicadores de desenvolvimento elaborados a partir de banco de dados de órgãos de pesquisa.



## 4 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

### 4.1 A transição econômica do município de São José dos Campos: da economia agrícola à industrial

De acordo com o IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no ano de 2010 o município São José dos Campos possuía uma população de 629.921 habitantes. Vila criada com a denominação de São José do Paraíba por Ordem de 27 de julho de 1767. Desmembrada do termo da antiga Vila de Jacareí. Cidade por Lei Provincial nº 27, de 22 de abril de 1864. A denominação de São José dos Campos foi instituída por lei Provincial nº 47, de 2 de abril de 1871. De acordo com a divisão administrativa instituída em 1911, o Município de São José dos Campos se compõe de dois distritos: Eugênio de Melo e São Francisco Xavier. O município possui área territorial de 1.099,777 Km<sup>2</sup> e densidade demográfica (hab./Km<sup>2</sup>) de 572,77 (IBGE, 2012).



Figura 1: Mapa do município de São José dos Campos – SP  
Fonte: PMSJC, 2012



Figura 2: Vista aérea da cidade de São José dos Campos  
Fonte: PMSJC, 2012

Lavor (2007), ao descrever o município de São José dos Campos, menciona que a cidade possui status cosmopolita e que abriga pessoas das mais diversas origens (países): são pesquisadores, funcionários e estudantes que vem a procura de empregos e oportunidades de trabalho e estudo, sendo atraídas principalmente pelos importantes institutos de pesquisa instalados no local.

Ainda, de acordo com a autora, os setores de comércio e serviço se desenvolveram tendo como âncora o setor industrial, que teve seu crescimento acelerado a partir dos anos de 1950, isso devido a diversos aspectos: localização privilegiada, políticas de incentivo e mais tarde pela facilidade na obtenção de mão de obra qualificada.

A partir do início do século XX a cidade de São Paulo passava por um período de expressiva industrialização: sua população crescia na medida em que o crescimento econômico atraía novas empresas. Nesta mesma época, o Vale do Paraíba (paulista) vivia uma situação de decadência econômica em decorrência da

estagnação da agricultura cafeeira, que entrara em crise devida entre outros aspectos à expansão do cultivo em outras áreas do estado e ao aumento da oferta do produto no mercado. É dessa época (1906) o “Convênio de Taubaté”, importante evento que fixava os preços do produto no mercado interno, com a promessa da compra do excedente pelo governo federal (PEREIRA, 2007).

Ainda, de acordo com Pereira (2007), na mesma região do estado de São Paulo, os municípios de Taubaté e Jacareí já iniciavam, ainda que de maneira bastante tímida seu processo de industrialização. Via-se, ainda que bastante incipiente a pequena produção industrial como complemento da atividade agrícola. O que é importante observar, de acordo com o autor, é a pequena importância de São José dos Campos – SP frente aos demais municípios da região. Entretanto, os fatores positivos do município que mais tarde viriam favorecê-lo no processo de desenvolvimento econômico regional eram: fácil acesso (estrada de ferro); situação econômica insatisfatória (que fazia com que buscassem algo novo que não o comércio); “terras cansadas” no cultivo do café.

De acordo com Viana & Elias (2007), a cidade São José dos Campos no início do século XX era considerada uma cidade senatorial devido às condições climáticas que apresentava, sendo em 1920 identificada como estância climática.

Um fator que foi de extrema importância na transição econômica do município foram as políticas públicas e as intervenções estatais.

O município de São José dos Campos utilizou-se de incentivos para a atração de investimentos e fomento do desenvolvimento local. A Lei nº 4, de 13 de maio de 1920, oferecia isenção de terreno, isenção de impostos municipais por 25 anos e fornecimento gratuito de água para empresários, para a montagem de fábricas, com a exigência de empregabilidade para cem funcionários e com capital de 50 Contos de Réis. Como reforço adicional, a imprensa da capital publicou edital referenciando os incentivos. Os primeiros benefícios foram concedidos ao italiano Eugênio Bonadio, que recebeu 9.000 m<sup>2</sup> e instalou a fábrica de louças Santo Eugênio em 1920. Em 14 de maio de 1925, a Tecelagem Parayba é inaugurada com os benefícios do município e trazendo um novo dinamismo econômico para São José dos Campos. A Tecelagem Parayba expandiu-se, sua produção de cobertores atendia à demanda de 70% do consumo nacional e, parte de sua produção era exportada para países como Canadá e Estados Unidos. Outras importantes aquisições do município ocorreram: em 1941, a Cerâmica Weiss, que produzia objetos de utilidades domésticas; em 1946, a Rhodia – Indústrias Químicas e Têxteis; a Johnson & Johnson, em 1952; e a General Motors do Brasil, em 1959. O município, em 1935, passou para Estância Hidromineral e

Climática, usufruindo uma verba extra, igual à arrecadação tributável estadual do período anterior no município, com a finalidade de aplicação em infraestrutura. O auxílio monetário recebido do Fundo de Melhoria das Estâncias; preparou e adaptou a cidade para a instalação do CTA, o ITA e as indústrias que se deslocaram para o município. Igualmente importante nesse processo, foi a construção da Rodovia Presidente Dutra, período de 1947/1950 e a sua consequente duplicação em 1967. Na fase industrial posterior a 1950, o município foi beneficiado pelas políticas determinadas pelo governo militar, que possuía a estratégia de desenvolvimento científico-tecnológico, ou seja, um fortalecimento do Estado-Nação, dando prioridade para os setores estratégicos de aeronáutica e defesa (LAVOR, 2007, p.48-49).

A localização privilegiada, com facilidade no escoamento da produção, o alto investimento estatal e as diversas empresas instaladas, o que barateava a aquisição de insumos e possibilitava a rapidez no atendimento (fatores que hoje fazem parte do chamado *Just in time*) foram de vital importância para futuros investimentos.

Industrialização e expansão urbana marcaram o período entre 1950-1980. Três fatores são imputados ao “renascimento” de São José dos Campos: a Rodovia Presidente Dutra (1950), conectando a cidade ao Estado e sua economia ao mundo, o Centro Técnico Aeroespacial – CTA (1950), que lhe conferiu o perfil industrial tecnológico, e as indústrias que margearam a rodovia, valorizaram a terra e modificaram o eixo de crescimento urbano. Mas a localização geográfica não é condição suficiente para a mudança. Desde o projeto da Via Dutra à instalação do CTA, a configuração espacial possibilitada pela política nacional desenvolvimentista foi articulada localmente em arranjos espaciais, políticos e econômicos (VIANA & ELIAS, 2007, p.1302).

A criação do Polo Tecnológico de São José dos Campos, anos depois, mistura-se com a própria história da criação do Ministério da Aeronáutica, que teve sua ideia inicial em 1920. A EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica S/A teve seu planejamento inicial no período do Estado Novo de Getúlio Vargas, juntamente com outras importantes empresas estatais dessa época, como: a Petrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional. A história da empresa aeronáutica e das forças aéreas está intimamente ligada à história de São José dos Campos, tendo em vista que foram estas que levaram o município a ocupar visibilidade nacional como importante polo tecnológico aeroespacial no Brasil. A busca por visibilidade tecnológica e recursos humanos qualificados fez com que o governo brasileiro buscasse nos Estados Unidos a parceria necessária para a criação do CTA – Centro Tecnológico da Aeronáutica e do ITA – Instituto Tecnológico da

Aeronáutica, os embriões da indústria de aviação e do polo aeroespacial. Do convênio do governo brasileiro com o *Massachusetts Institute of Technology* surgiu uma escola aeronáutica de alto nível no país, isso incluía a vinda de uma equipe de professores de alto nível ao país (FORJAZ, 2005).

Formalmente, através do Decreto 27.695 de 16 de janeiro de 1950 foi criado o ITA que tinha previsão de funcionar no Rio de Janeiro no começo de sua formação e posteriormente, quando as obras da nova estrutura em São José dos Campos estivessem prontas, este fosse transferida para lá. Em 1968, São José dos Campos já fabricava o avião bandeirante, uma realidade do Centro Tecnológico da Aeronáutica, e produzido com mão-de-obra do ITA. Em 1969 é criada oficialmente a EMBRAER – Empresa Brasileira de Aeronáutica, um projeto público e implantado com recursos públicos do governo federal no município de São José dos Campos – SP (FORJAZ, 2005).

Viera (2009) menciona que o município de São José dos Campos cresceu economicamente com a chegada de importantes empresas que fizeram grandes investimentos no local: Rodhia (1946), ITA - Instituto Tecnológico da Aeronáutica (1950), Johnson & Johnson (1953), Ericsson (1954) e Tecelagem e Fiação Kanebo (1956). Ainda, de acordo com o autor, outros municípios da região receberam grandes investimentos no setor industrial, no entanto nos anos do “Milagre Econômico” brasileiro São José dos Campos lidera o crescimento econômico regional apesar de outros municípios limítrofes possuírem a mesma situação geográfica e locacional para a instalação das indústrias, sobretudo estarem entre os maiores centros consumidores do país: Rio de Janeiro – São Paulo. O diferencial foram os benefícios fiscais oferecidos pela prefeitura de São José dos Campos para investimentos locais.

Santos (2010) menciona que um fator importante na industrialização foi o oferecimento de condições de saneamento (implantação do abastecimento de água para fins industriais e domiciliares, redes de esgotamento sanitário e redes de drenagem), o papel do setor público sempre foi essencial, desde o final do século XIX, quando se trata do eixo Rio de Janeiro-São Paulo, permitindo a rápida industrialização local não apenas pelas oportunidades trazidas pelo investimento

estatal, mas também pelas condições estruturais na infraestrutura urbana no Estado de São Paulo.



Figura 3: Vista aérea da GM - General Motors  
Fonte: PMSJC, 2012.

Vieira (2009 *apud* Myrdal 1965, p. 51), analisa o processo de desenvolvimento econômico regional a partir da visão dos efeitos propulsores ou gotejamento. A acumulação de capital nesse caso seria o início para a transformação regional. Essa situação teria ocorrido na Região do Vale do Paraíba, em especial no município de São José dos Campos, onde o polo tecnológico industrial foi criado a partir de políticas públicas e intervenção estatal e teria um efeito multiplicador na economia regional.

Com a crise da década de 1970 e a estagnação econômica na década de 1980 o município de São José dos Campos entra em grave crise econômica que tem como reflexo a pré-falência da EMBRAER, a falência da ENGESA e a concordata da AVIBRÁS. Isso ocasionou o desemprego de aproximadamente 20 mil empregados altamente qualificados dessas e de outras empresas. Nos anos de 1990, com os novos rumos da economia brasileira, a EMBRAER é privatizada e o município entra em uma nova fase de desenvolvimento. Tanto a EMBRAER quanto a AVIBRÁS retomaram as contratações (dessa vez contratações em seu sentido estrito, tendo

em vista que deixaram de ser empresas públicas) e passaram a ocupar um importante espaço no mercado de aviação e bélico internacional (LAVOR, 2007).

Tabela 1 – Principais indústrias e o período de instalação em São José dos Campos (séc. XX)

Indústrias – Empresas	Ano
Tecelagem Parayba	1925
Cerâmica Weiss	1942
Rhodia	1946
Cooperativa de Laticínios de SJC	1953
Johnson & Johnson	1953
Eaton Corporation do Brasil	1957
Fiação e Tecelagem Kanebo do Brasil	1957
General Motors do Brasil	1959
São Paulo Alpargatas	1960
Tecnasa Metalmecânica	1962
Indústrias Matarazzo de Fibras Sintéticas	1964
No final década de 1960 e início da década de 1970, o município teve aquisições importantes de indústrias que se tornaram de grande porte, e o início da formação do <i>cluster</i> industrial, o que gerou um ambiente adequado, que resultou na forte atração de indústrias formadoras da cadeia produtiva. Nesse período, indústrias importantes iniciaram suas atividades no município:	
Embraer - Empresa Brasileira de Aeronáutica	1969
Aema – Artefatos Eletr. Mec. & Aeronáuticos.	1970
Engesa – Engenharia Espacial	1970
Panasonic do Brasil – 1970	1970
Avibrás – Indústria Aeroespacial	1971
Jornal “O Valeparaibano”	1971
Kodak Brasileira Com. e Indústria	1972
Phillips do Brasil	1973
Ericsson do Brasil Com. e Indústria	1974
Indústrias Hitachi	1974
Macquay do Brasil	1975
Neles – Válvulas	1975
Indústrias Monsanto	1975
National Componentes Eletrônicos do Brasil	1975
Neu Aerodinâmica	1976
Servplan	1976
Elevadores Kone	1978
Petybon Indústrias Alimentícias	1979
Para a década de 1980, uma grande aquisição intensificou o setor químico: a inauguração da REVAP no município. Nessa década, outras empresas importantes se instalaram:	
Amplimatic – Telecomunicações S/A.	1980
REVAP – Refinaria Henrique Laje	1980
Composite Tecnologia Ind. e Com. Ltda	1981
Orion S/A	1982
Swissbrás – Ind. e Com Ltda	1982
Tectran – Tecnologia de Transportes	1982
EDE – Embraer Divisão de Equipamentos	1984
Tectelcom	1985
Bundy Tubing do Brasil Ind. e Com Ltda	1986
Mannesmann – Aços Finos – Fiel Ltda	1987
EPEC S/A	1990

PARQUE TECNOLÓGICO: (local de investimento permanente)– Concentra os principais Centros Empresariais: VALE PESQUISA, PETROBRÁS e Instituições de Pesquisa: FATEC, novos campi da UNESP, UNIFESP E UNIFEI, além de importantes empresas ligadas a pesquisa, ciência e tecnologia.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do trabalho de LAVOR, 2007 e PMSJC, 2012.

De acordo com Ricci (2006), um fator decisivo na implantação das principais indústrias em São José dos Campos foi a desvinculação da elite empresarial ao sistema econômico regional no Vale do Paraíba paulista, provindo de um sistema agrícola forte e que guardavam em suas raízes a esperança de uma recuperação dessa atividade econômica. Além disso, os grandes investimentos estatais diretos e indiretos e de multinacionais criaram a infraestrutura necessária e um mercado próprio desvinculado e independente. A dinâmica do capital e as políticas públicas de incentivos fiscais fizeram com que novas indústrias se instalassem às margens da Rodovia Presidente Dutra, sobretudo no município de São José dos Campos, beneficiado pela facilidade de vendas e de negócios que surgia em razão do modelo *just-in-time* onde a proximidade dos fornecedores com o mercado consumidor apresenta o diferencial a partir da ideia do estoque mínimo. Em São José dos Campos esse modelo de gestão ganhou força tendo em vista que o polo aeronáutico, já estava consolidado e garantido principalmente pelos grandes investimentos estatais na área de ciência e tecnologia aeronáutica criava um mercado próprio.

A industrialização mudou os rumos da economia local e criou novos mercados, dando visibilidade internacional ao município antes esquecido no seu aspecto econômico nacional e de origem agrícola e sanatorial.

## **4.2 O município de São José dos Campos hoje: suas conquistas e desafios**

A industrialização brasileira e de maneira mais acentuada no estado de São Paulo ocorreu devido a diversos fatores que ocasionaram tal acontecimento: crise no setor exportador, crise na economia cafeeira, a necessidade de se produzir no Brasil o que era importado e outros fatores que acompanham as diferentes teorias dos diversos autores que tratam desse tema.

Um ponto em comum nessa discussão é a atuação do Estado, seja através de investimentos diretos ou na elaboração de políticas públicas que favoreceram o acúmulo de capital, assim como investimentos localizados feitos por importantes



empresas que traçaram os rumos econômicos desses locais e criaram “ilhas de excelência” e lugares privilegiados economicamente. Esse fator da concentração de capital apresenta pontos divergentes quanto ao desenvolvimento regional ao favorecer um determinado lugar em detrimento a outros carentes de investimentos e infraestrutura.

Os maiores índices de crescimento populacional ocorreram nas décadas de 1960 e 1980, os anos do “Milagre Econômico Brasileiro” em que a economia brasileira cresceu a níveis jamais vistos e que possibilitaram fortes investimentos públicos e privados em grandes obras. Dados da Fundação Seade mostram o avanço populacional no município:

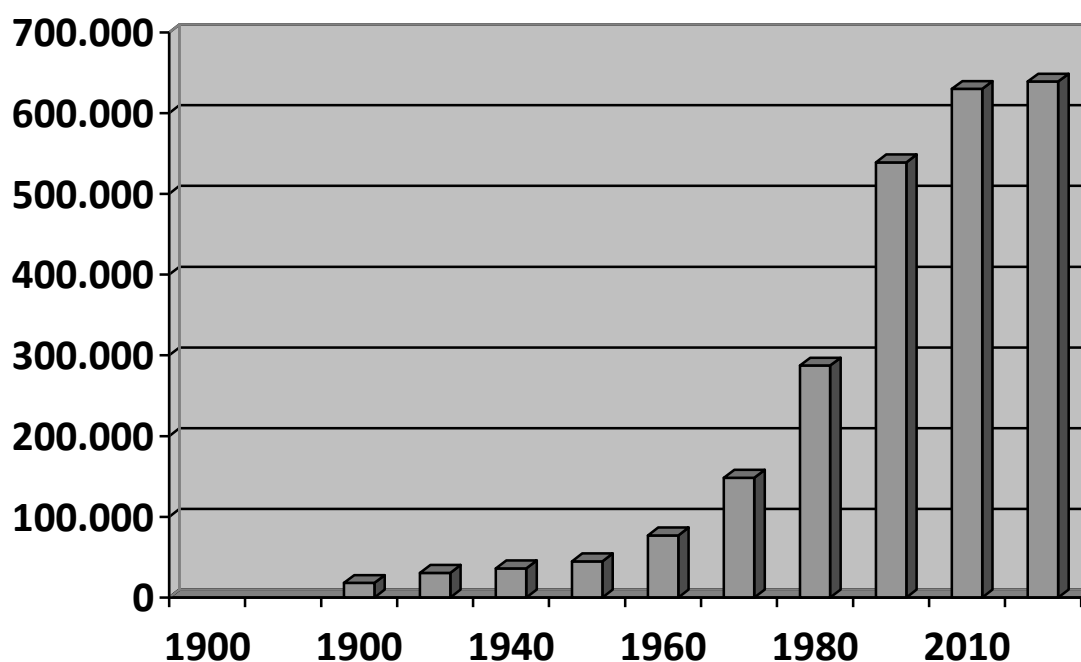


Gráfico 2 – Crescimento populacional no município de São José dos Campos – SP (1900-2010).  
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados do Seade, 2012.

O crescimento populacional deve-se ao elevado crescimento econômico no município. Os altos investimentos, tanto de capital estatal quanto de capital privado atraíram pessoas que vinham ao município em busca de melhores condições de vida. Esse elevado crescimento demográfico aconteceu de maneira mais acentuada na segunda metade do século XX, período da industrialização pesada no Brasil e da consolidação do polo tecnológico aeronáutico em São José dos Campos.

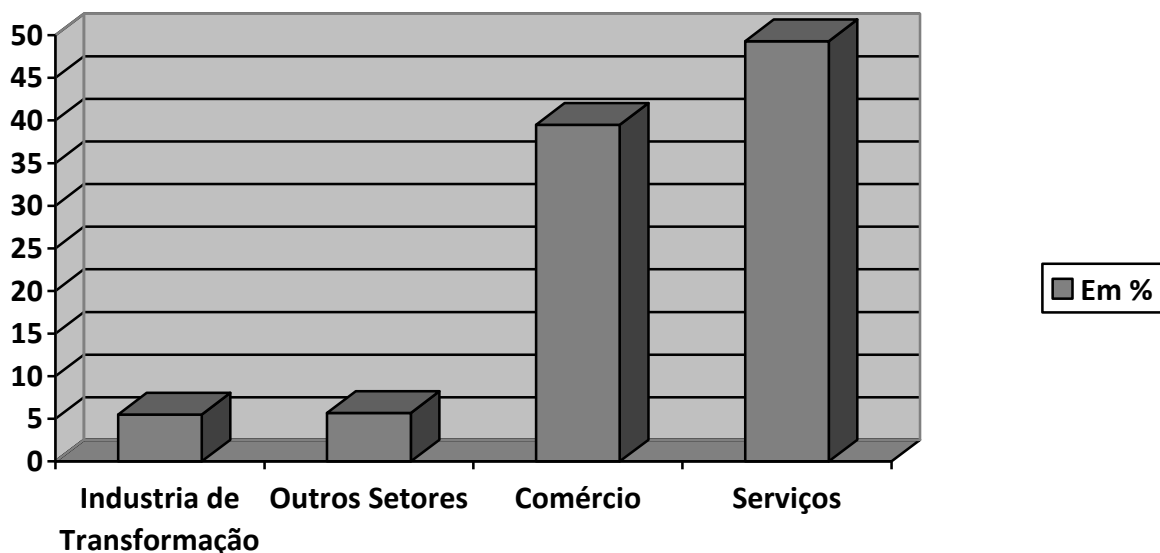


Gráfico 3: Estabelecimentos por setores econômicos em 2010 (em % ).

Fonte: PMSJC, 2012

O gráfico 3 mostra os estabelecimentos por setores econômicos em São José dos Campos – SP no ano de 2010. Observa-se que o setor de indústria de transformação representava 5,5%, outros setores 5,7%, o de comércio 39,5% e o de serviços 49,3%. É importante salientar que o setor de serviços, que lidera em número de estabelecimentos está ligado direta ou indiretamente a outras áreas da economia.

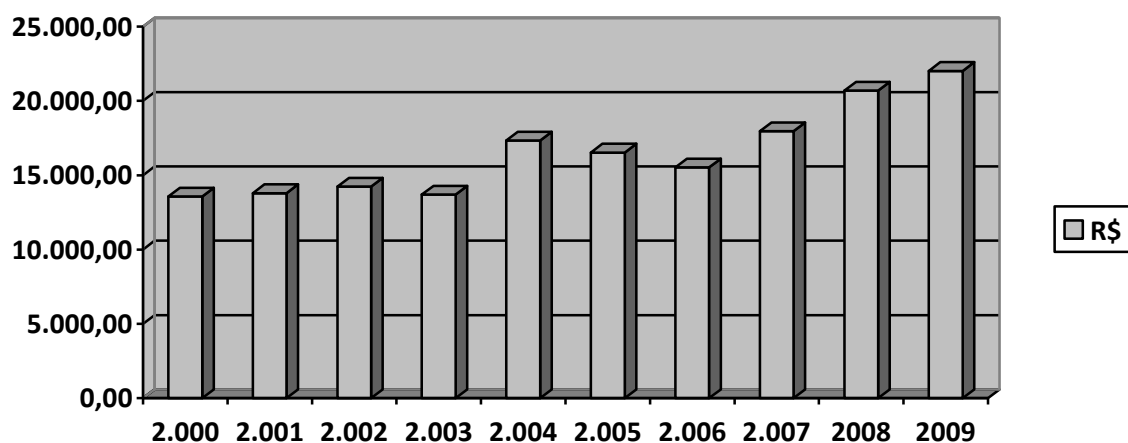


Gráfico 4: Crescimento total do PIB de SJC (em milhões de reais).

Fonte: Elaborado a partir do Seade, 2012.

Dados da Fundação Seade mostra o perfil do município de São José dos Campos a partir dos diferentes aspectos econômicos e sociais:

Tabela 2: Território e População

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Área	2012	1.099,61	3.824,21	248.209,43
População	2011	638.990	987.548	41.692.668
Densidade Demográfica (Habitantes/km <sup>2</sup> )	2011	581,11	258,24	167,97
Taxa Geométrica de Crescimento Anual da População – 2000/2010 (Em % a.a.)	2010	1,57	1,36	1,09
Grau de Urbanização (Em %)	2010	97,97	95,01	95,94
Índice de Envelhecimento (Em %)	2011	45,19	47,41	53,79
População com Menos de 15 Anos (Em %)	2011	21,77	21,93	21,48
População com 60 Anos e Mais (Em %)	2011	9,84	10,4	11,55
Razão de Sexos	2011	96,07	96,47	94,8

Fonte: Seade, 2012

O município de São José dos Campos, com 638.990 habitantes (dados de 2011) é o maior em número e em importância econômica da Região Metropolitana do Vale do Paraíba. Essa importância deve-se ao forte investimento privado e estatal direto que possibilitou a formação do polo aeronáutico. Além disso, supera a média do estado de São Paulo e da Região de Governo em densidade demográfica e em grau de urbanização. Além disso, supera a média do estado em população com menos de 15 anos de idade, o que mostra um alto índice de natalidade nos últimos anos.

Tabela 3: Habitação e infraestrutura urbana

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Domicílios com Espaço Suficiente (Em %)	2000	86,74	86,03	83,16
Domicílios com Infraestrutura Interna Urbana Adequada (Em %)	2000	92,69	91,93	89,29
Coleta de Lixo – Nível de Atendimento (Em %)	2000	99,27	99,01	98,9
Abastecimento de Água – Nível de Atendimento (Em %)	2000	96,09	95,51	97,38
Esgoto Sanitário – Nível de Atendimento (Em %)	2000	90,21	88,67	85,72

Fonte: Seade, 2012

No que se refere a habitação e infraestrutura urbana, o município apresenta bons índices, superando o estado de São Paulo e a Região de Governo em domicílios com espaço suficiente, em infraestrutura urbana adequada e em

atendimento de abastecimento de esgoto sanitário. Quanto ao abastecimento de água, supera a região de governo, mas apresenta índices inferiores ao do estado.

Tabela 4: Estatísticas vitais e saúde

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Natalidade (Por mil habitantes)	2010	15,27	15,04	14,59
Taxa de Fecundidade Geral (Por mil mulheres entre 15 e 49 anos)	2010	52,34	52,28	51,12
Taxa de Mortalidade Infantil (Por mil nascidos vivos)	2011	12,29	...	11,55
Taxa de Mortalidade na Infância (Por mil nascidos vivos)	2010	10,41	11,4	13,69
Taxa de Mortalidade da População entre 15 e 34 Anos (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2010	97,06	106,03	117,98
Taxa de Mortalidade da População de 60 Anos e Mais (Por cem mil habitantes nessa faixa etária)	2010	3.195,12	3.354,00	3.638,16
Mães Adolescentes (com menos de 18 anos) (Em %)	2010	5,75	6,39	6,96
Mães que Tiveram Sete e Mais Consultas de Pré-Natal (Em %)	2010	82,7	81,37	78,11
Partos Cesáreos (Em %)	2010	64,75	63,88	58,7
Nascimentos de Baixo Peso (menos de 2,5kg) (Em %)	2010	9,29	9,18	9,15
Gestações Pré-Termo (Em %)	2010	8,52	7,8	8,67

Fonte: Seade, 2012

Os dados de estatísticas vitais e saúde de São José dos Campos no ano de 2010 apresentam índices bons e ruins em relação à média da Região de Governo e do estado de São Paulo. Isso sinaliza para políticas sociais que estão dando certo e outras que precisam ser melhoradas para que os dados sejam mais positivos. A baixa taxa de mortalidade de pessoas entre 15 e 34 anos (idade mais vulnerável a violência das cidades de médio e grande porte), baixo índice de mães adolescentes assim como a baixa taxa de mortalidade na infância apresenta um ponto positivo nesses indicadores. Um ponto negativo é a média de partos cesáreos que supera à média da Região Administrativa e a média do estado. Além disso, outros dados apresentam situações preocupantes, tais como: taxas de mortalidade na infância e nascimentos de baixo peso. Essa situação sinaliza uma preocupação social do município no que se refere à políticas direcionadas a esse perfil social.

Tabela 5: Condições de Vida.

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
	2006	58	56	55
	2008	59	57	58
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Longevidade	2006	75	73	72
	2008	77	76	73
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS – Dimensão Escolaridade	2006	68	68	65
	2008	72	72	68
Índice Paulista de Responsabilidade Social – IPRS	2006	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais		
	2008	Grupo 1 - Municípios com nível elevado de riqueza e bons níveis nos indicadores sociais		
Índice de Desenvolvimento Humano – IDH	2000	0,849	...	0,814
Renda per Capita (Em salários mínimos)	2000	3,11	2,8	2,92
Domicílios com Renda per Capita até 1/4 do Salário Mínimo (Em %)	2000	5,1	5,09	5,16
Domicílios com Renda per Capita até 1/2 do Salário Mínimo (Em %)	2000	10,37	10,98	11,19

Fonte: Seade, 2012

Os indicadores de condições de vida superam em qualidades a média da Região de Governo e do estado de São Paulo em todos os aspectos citados. Elevados índices de responsabilidade social, desenvolvimento humano e riqueza e baixos índices de domicílios com baixa renda per capita. Esses indicadores são resultados da qualidade de vida que o município apresenta em relação ao trabalho e a renda obtida pelo trabalhador, pelos menos em dados gerais.

Tabela 6: IDH do Brasil

	1970	1980	1990	2000
Educação	0,501	0,577	0,645	0,849
Longevidade	0,440	0,531	0,638	0,727
Renda	0,444	0,947	0,942	0,723
Geral	0,462	0,685	0,742	0,766

Fonte: Mamede, 2008.

O IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, do Brasil apresenta aumento nos quesitos apresentados: educação, saúde, longevidade, renda e geral. Isso mostra que no período pesquisado houve desenvolvimento econômico acompanhado em desenvolvimento social. A exceção é o indicador da renda nacional, que apresenta diminuição entre os anos de 1990 e 2000.

Tabela 7: IDH de São José dos Campos - SP

	1970	1980	1990	2000
Educação	0,62	0,67	0,73	0,90
Longevidade	0,48	0,55	0,67	0,77
Renda	0,83	0,96	0,96	0,79
Geral	0,64	0,73	0,79	0,82

Fonte: Mamede, 2008.

Quando comparados ao IDH nacional, observa-se que o IDH de São José dos Campos no mesmo período apresenta um pequeno aumento no valor geral, mas também mostra a mesma queda da renda entre os anos de 1990 e 2000.

Tabela 8: Educação

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Taxa de Analfabetismo da População de 15 Anos e Mais (Em %)	2000	4,58	5,46	6,64
Média de Anos de Estudos da População de 15 a 64 Anos	2000	8,42	8,06	7,64
População de 25 Anos e Mais com Menos de 8 Anos de Estudo (Em %)	2000	46,3	50,09	55,55
População de 18 a 24 Anos com Ensino Médio Completo (Em %)	2000	50,18	47,32	41,88

Fonte: Seade, 2012

Os indicadores de educação são bons no município: baixo índice de taxa analfabetismo e alto índice de população com ensino médio completo.

Em parte isso se deve a alta demanda por trabalhadores altamente qualificados, resultado do polo tecnológico aeronáutico e de empresas ligadas à ciência e tecnologia instaladas no local, além do fato do município sediar importantes universidades e institutos de pesquisa: ITA, CTA, FATEC, UNESP UNIFESP, INPE além de instituições privadas de ensino.

O conhecimento empírico permite traçar um paralelo entre a educação e os demais indicadores sociais, principalmente os ligados a economia e a renda. A demanda por mão-de-obra qualificada pelas empresas leva o indivíduo buscar na educação a forma de alcançar os bons empregos. Por outro lado, o bom emprego e a renda do trabalhador permite que este busque educação e qualificação profissional: graduação, pós-graduação, cursos de idiomas além de outros cursos de capacitação profissional.

Por isso, a educação deve ser a prioridade de um país em desenvolvimento e deve fazer parte da agenda política de qualquer governante, em suas diferentes esferas: federal, estadual e municipal.

Tabela 09: Emprego e Rendimento.

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
Participação dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura no Total de Empregos Formais (Em %)	2010	0,4	1,4	2,6
Participação dos Empregos Formais da Indústria no Total de Empregos Formais (Em %)	2010	22,8	25,8	21,4
Participação dos Empregos Formais da Construção no Total de Empregos Formais (Em %)	2010	7	6,4	5,2
Participação dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas no Total de Empregos Formais (Em %)	2010	18,3	18,2	19,3
Participação dos Empregos Formais dos Serviços no Total de Empregos Formais (Em %)	2010	51,4	48,3	51,5
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Agricultura, Pecuária, Produção Florestal, Pesca e Aquicultura (Em reais correntes)	2010	756,18	1.410,88	1.132,13
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Indústria (Em reais correntes)	2010	4.413,25	3.849,70	2.336,04
Rendimento Médio dos Empregos Formais da Construção (Em reais correntes)	2010	1.671,29	1.627,36	1.668,49
Rendimento Médio dos Empregos Formais do Comércio Atacadista e Varejista e do Comércio e Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Em reais correntes)	2010	1.206,95	1.172,82	1.457,84
Rendimento Médio dos Empregos Formais dos Serviços (Em reais correntes)	2010	1.963,11	1.864,48	2.099,51
Rendimento Médio do Total de Empregos Formais (Em reais correntes)	2010	2.367,46	2.236,37	1.979,38

Fonte: Seade, 2012

A participação da indústria no total de empregos é de apenas 22,8% enquanto que o de serviços supera todos os demais, sendo de 51,4%. É importante salientar que a atividade industrial cria um mercado próprio que faz com que parte das demais atividades seja indiretamente ligada a ela.

Quanto ao rendimento médio, a atividade industrial supera todas as demais atividades. O rendimento da atividade industrial em São José dos Campos supera a média da Região, assim como a média do estado de São Paulo, o que pode ser explicada pelo fato do alto valor agregado das indústrias instaladas na região,

principalmente as ligadas a atividades aeronáuticas e de ciência e tecnologia, que exigem alta qualificação dos funcionários e pagam melhores salários.

Tabela 10: Economia

	Ano	Município	Reg. Gov.	Estado
PIB (Em milhões de reais correntes)	2009	22.018,04	30.143,19	1.084.353,49
PIB per Capita (Em reais correntes)	2009	35.751,06	31.288,83	26.202,22
Participação no PIB do Estado (Em %)	2009	2,030523	2,779831	100
Participação da Agropecuária no Total do Valor Adicionado (Em %)	2009	0,13	0,35	1,62
Participação da Indústria no Total do Valor Adicionado (Em %)	2009	51,68	51,91	29,04
Participação dos Serviços no Total do Valor Adicionado (Em %)	2009	48,19	47,74	69,34
Participação nas Exportações do Estado (Em %)	2011	8,878486	9,429959	100

Fonte: Seade, 2012

O PIB – Produto Interno Bruto per capita é superior a média da Região e a do estado de São Paulo. Esses dados são enriquecidos pelo alto valor do PIB industrial muito superior a média do estado na participação do valor adicionado da economia.

Os indicadores apresentados, embora a maior parte deles seja do ano de 2010 mostram a situação do município hoje, com situações econômico-sociais superiores em grande parte à média da Região de Governo e a do estado de São Paulo. Ainda que de forma empírica, pode-se afirmar que as políticas criadas pelo governo favoreceram a instalação de empresas privadas e atraíram grandes indústrias ao município. A pesquisa mostrou que a atuação de todos esses fatores contribuiu para que o município saísse da condição de senatorial e da economia baseada na agricultura e em crise no início do século passado para a economia industrial.

Um aspecto não abordado nessa pesquisa e que merece destaque é o desenvolvimento sustentável, termo comumente utilizado no meio acadêmico e social. De acordo com Ronca & Vitale (2004), o processo de crescimento industrial no Vale do Paraíba paulista no seu período mais intenso, entre 1950 e 1990 o crescimento foi quase que exclusivamente econômico, ignorando a questão da sustentabilidade, sobretudo da bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul. Isso principalmente devido ao grande número de indústrias poluidoras que se instalaram em sua margem.



Ainda, de acordo com Ronca & Vitale:

Implantou-se, na região, todo um moderno e sofisticado processo de planejamento rodoviário para apoiar e interligar o intenso processo de industrialização e de urbanização que se localizou entre os dois polos nacionais: São Paulo e Rio de Janeiro. Progressivamente, a região foi-se transformando em uma das mais ricas e industrializadas do país. Com o desenvolvimento econômico unidirecionado<sup>2</sup>, vieram também problemas próprios desse processo: poluição ambiental, em especial do Rio Paraíba; especulação imobiliária nos grandes centros; falta de saneamento básico, crescimento urbano desordenado; em suma, problemas e desequilíbrios de ordem ambiental e sanitária, com sérias implicações urbanas e sociais (RONCA & VITALE, P. 135).

Conforme descrito por Lavor (2007, p.29): “Aparentemente, o município de São José dos Campos apresenta alto nível de desenvolvimento, mas, desenvolvimento não pode ser confundido com crescimento, porque os resultados dessa expansão nem sempre beneficiam a economia como um todo e em especial a população”. É necessário para tanto, abordar a questão humana e ambiental, sendo esta última desprezada no desenvolvimento econômico regional, conforme abordado anteriormente. Para que o crescimento e desenvolvimento econômico do interior do estado de São Paulo ocorressem foram necessárias políticas públicas que garantissem essa situação:

- Políticas de incentivos à exportação, que proporcionou relevante desenvolvimento agroindustrial;
- Políticas de investimentos estatais diretos como a instalação de duas refinarias da Petrobrás, em Paulínia e em São José dos Campos, que promoveram a inserção de atividades químicas interdependentes;
- Políticas de desenvolvimento dos programas da produção bélica e aeronáutica em São José dos Campos;
- Políticas de acumulação de capital como a criação de um importante polo de informática em microeletrônica de Campinas, parceria Unicamp e investimentos federais em ciência e tecnologia em São José dos Campos - SP.

É necessário traçar novos rumos ao município: garantir crescimento e desenvolvimento econômico sustentado em bases sólidas e que concilie investimentos e preservação do meio ambiente.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E CONCLUSÃO

Esta monografia teve por objetivo pesquisar a industrialização do município de São José dos Campos – SP a partir da abordagem da história econômica local. Para tanto, foi necessário abordar pesquisas e teorias históricas que tratam do assunto.

Diversos pesquisadores determinaram diferentes teorias sobre a forma como ocorreu tal processo no Brasil: a época em que tudo começou e os fatores que levaram o país a deixar sua economia baseada na agricultura para a industrial. Uma teoria primordial e bastante relevante nesse processo foi que a industrialização brasileira ocorreu de forma tardia sendo de vital importância os fatores macroeconômicos externos: crise do setor importador, guerra mundial, crise econômica internacional e principalmente a participação do Estado não apenas como investidor, mas como indutor do sistema econômico.

No primeiro momento, o Estado cria indústrias de base e que buscam suprir o país da necessidade emergente de infraestrutura e permite que o país se desenvolva economicamente. Gradualmente o Brasil rompe com a oligarquia cafeeira até então influente na economia de outrora e na busca pela substituição das importações (prejudicadas pela crise do setor importador) introduz um novo ciclo econômico que mudará sua trajetória e o colocará entre as principais economias do mundo.

O estado de São Paulo, beneficiado pelo: capital oriundo da economia cafeeira, pela mão de obra excedente e pela infraestrutura criada nos anos anteriores sai na frente nesse processo. Outro fator que contribuiu de maneira expressiva para essa situação foi a conjuntura econômica nos primeiros anos do século XX, onde o estado ocupava forte influência no governo federal.

Com o crescimento populacional na capital do estado e com os problemas inerentes a esse fator a indústria expande para o interior, num raio de aproximadamente 100 km da capital. Com essa expansão de capital da capital do estado para o interior, a Região do Vale do Paraíba foi beneficiada pela localização privilegiada e pela infraestrutura (embora incipiente em seus primórdios) que oferecia condições para que as indústrias se instalassem.

Nessa região, o município de São José dos Campos sai na frente em termos econômicos devido principalmente à atuação do governo federal, não apenas como forte investidor direto, mas também de forma indireta através da criação de infraestrutura necessária (rodovias pavimentadas) e de políticas de atração de investimento. O Estado, ao instalar no município importantes institutos de pesquisa e de indústrias do setor aeroespacial cria condições para a formação do Polo Tecnológico de São José dos Campos. Desta forma, outras empresas fornecedoras de matéria-prima e de serviços se instalam no local.

Ao criar um mercado consumidor amplo e com poder aquisitivo outras importantes indústrias se instalam no local aproveitando a mão de obra qualificada, a existência de mercado consumidor interno e a facilidade no escoamento da produção. Esse fator ocasionou aumento populacional significativo, o que trouxe problemas sociais e ambientais. Embora não seja o objetivo desta pesquisa entrar nesse mérito, nota-se que o crescimento econômico não foi acompanhado pelo devido crescimento econômico sustentável.

No entanto, embora a cidade de São José dos Campos tenha problemas inerentes a uma cidade de médio porte, os indicadores mostram um elevado grau de renda e de indicadores sociais superiores à média do estado de São Paulo. Muito precisa ser feito para que o desenvolvimento econômico ocorra de maneira mais visível e que o aspecto ambiental seja pensado quando da decisão de investimento industrial no município.

No geral e nos resultados dessa pesquisa pode-se notar que São José dos Campos, município que deixou sua economia baseada na agricultura e se inseriu no mundo da alta tecnologia (com a forte presença do capital estatal) ganhou “*status*” e visibilidade internacional.

Como sugestão para futuras pesquisas e assunto que não foi tratado nessa pesquisa com a devida profundidade é a questão ambiental, ou a sustentabilidade. Quais os reflexos e resultados da rápida acumulação de capital e o crescimento demográfico desordenado no município de São José dos Campos – SP.

## REFERÊNCIAS

ALVES, J. E; BRUNO, M. A. P. População e crescimento econômico de longo prazo no Brasil: como aproveitar a janela da oportunidade demográfica?. Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006\\_302.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_302.pdf)>. Acesso em 30 de out de 2012.

CLEPS, G. D. G. A desconcentração industrial no estado de São Paulo e a expansão do comércio e do setor de serviços. **CAMINHOS DE GEOGRAFIA - REVISTA ON LINE**, 4(9)66-89, jun. 2003. Disponível em <[www.ig.ufu.br/caminhos\\_de\\_geografia.html](http://www.ig.ufu.br/caminhos_de_geografia.html)>. Acesso em 07 de ago. 2012.

CAPUTO, A. C.; MELO, H. P. A industrialização brasileira nos anos de 1950: uma análise da instrução 113 da SUMOC. **Revista Estudos Econômicos**. São Paulo, v. 39, n. 3, p. 513-538, julho/setembro de 2009.

CURADO, M.; CRUZ, M. J. V. Investimento direto externo e industrialização no Brasil. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 399-431, set./dez. 2008.

DEAN, W. **A Industrialização de São Paulo**. 4.ed. – São Paulo: Bertrand Brasil, 1991.

FONSECA, P.C.D; MONTEIRO, S. M. M. O Estado e suas razões: o II PND. **Revista de Economia Política**, vol. 28, nº 1 (109), pp. 28-46, janeiro-março/2007.

FORJAZ, M. C. S. As Origens da Embraer. **Tempo Social, Revista de Sociologia da USP**, v. 17, n. 1, jun. 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v17n1/v17n1a11.pdf>>. Acesso em 07 de ago. 2012.

FROELICH, G. M. As matrizes ideológicas do II PND (1975 -1979). **PESQUISA & DEBATE**, SP, volume 18, número 1 (31) pp. 1-26, 2007.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1998.

GÓES, T. R.; GUERRA, O. Desenvolvimento endógeno e teoria evolucionista como fundamentação para políticas públicas em arranjos produtivos locais. **Revista Desenhahia**, nº 8 / mar. 2008. Salvador – BA. Disponível em:  
<<http://www.desenhahia.ba.gov.br/uploads/2508201110581250Cap%206.pdf>>.  
Acesso em: 03 de nov. 2012.

HENRIQUE, M. A.; ELLER, R. A. G.; RICCI, F. Brasil atual: perspectivas e políticas tributárias. **Latin American Journal of Business Management**. v. 1, n. 2, p. 2-12, jul-dez/2010, Taubate, SP, Brasil

HENRIQUE, M. A. **Gestão Pública e a Questão Tributária**: Um estudo sobre o ISS e o IPTU nos municípios de São José dos Campos e Taubaté. 2011. 162f.  
Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2011.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em 01 de out. de 2012.

LACERDA, A. C. *et al.* **Economia Brasileira**. 3.ed. – São Paulo: Saraiva, 2006.

LAKATOS, E. M.. **Fundamentos de Metodologia Científica** / Maria de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. 5. ed. – São Paulo: Atlas 2003.

LAVOR, E. M.. **São José dos Campos**: O Desenvolvimento Industrial, seus efeitos sobre os Setores Econômicos Urbanos e a Concentração Regional. 2007.137f.  
Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2007.

MAMEDE, J. A. G. **Análise do Desenvolvimento do Cone Leste Paulista desde a criação da Codivap**: impactos observados e necessidades futuras. 2008. 141f.

Dissertação (Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional) – Universidade de Taubaté, Taubaté, 2008.

MANTEGA, G. **A economia política brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MARTINS, J. S. **O Cativoiro da Terra**. São Paulo: Hucitec, 1987.

MARTINS, G. A. **Manual para a Elaboração de Monografias e Dissertações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1994.

PEREIRA, C. J. **A cidade, a fábrica e a juventude: a mão-de-obra juvenil na Fabrika de Louças “Santo Eugênio” e o contexto industrial de São José dos Campos – SP (1921-1973)**. 2009. 227f. Dissertação (Mestrado História Econômica) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

PESSOTI, B. C; PESSOTI, G. C. A indissociável relação entre indústria, desenvolvimento econômico e políticas indústrias no Brasil. **RDE – Revista de Desenvolvimento Econômico**. Ano XI \_ Nº 19, Janeiro de 2009 \_ Salvador, BA. Disponível em <<http://www.revistas.unifacs.br/index.php/rde/article/view/1051>>. Acesso em 08 de set. De 2012.

PMSJC – Prefeitura Municipal de São José dos Campos. Disponível em <<http://www.sjc.sp.gov.br/negocios/investimentos.aspx>>. Acesso em 29 de out de 2012.

RICCI, F. O desenvolvimento regional e a dinâmica do movimento de capital. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 1, n. 2, p. 3 – 15, mai. – ago. /2006. Disponível em <[WWW.rbgdr.com.br](http://WWW.rbgdr.com.br)>. Acesso em 29 de set. 2012.

\_\_\_\_\_. A economia cafeeira e as bases do desenvolvimento no Vale do Paraíba Paulista. **Revista de História Econômica & Economia Regional Aplicada**. V.1,

n.1, jul/dez 2006. Disponível em <<http://www.ufjf.br/heera/files/2009/11/artigo02.pdf>>. Acesso em 03 de ago. 2012.

\_\_\_\_\_. Um século de benefícios fiscais: Políticas públicas de atração de investimentos e desenvolvimento dependente do Vale no Paraíba paulista. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 3, n. 4, p. 140-149, nov. /2007. Disponível em <[WWW.rbgdr.com.br](http://WWW.rbgdr.com.br)>. Acesso em 20 de jun. 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa Social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson: colaboradores José Augusto de Souza Peres... (*et al*). São Paulo: Atlas, 1999.

RONCA, J. L. C; VITALE, S, P. S. M. Caminhos para a gestão integrada do território do Vale do Paraíba de 1950 a 2004. **Exacta**. v.2, p. 133-149. São Paulo: Uninove, nov. 2004. Disponível em <[http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/exacta/exacta\\_v2/exactav2\\_joseluiz\\_silviapererira.pdf](http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/exacta/exacta_v2/exactav2_joseluiz_silviapererira.pdf)>. Acesso em 03 de ago. 2012.

SANTOS, J. L. S. **A interiorização do desenvolvimento no Rio de Janeiro: economia e sociedade na área Sul do Estado – 1940/1985**. 2010. 177f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2010.

SEADE – **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>. Acesso em 08 de set. de 2012.

SEADE – **Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados**. Perfil Municipal. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfilMunEstado.php>>. Acesso em 01 de out. de 2012.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como Liberdade** / Amartya Sen; tradução Laura Teixeira Motta; revisão teórica Ricardo Doniselli Mendes. – São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SUZIGAN, W. **Indústria Brasileira: Origem e Desenvolvimento**, São Paulo, HUCITEC/UNICAMP, 2000.

SUZIGAN, W. Industrialização brasileira em perspectiva histórica. **Revista história econômica & história de empresas**. III. 2 (2000), 7-25.

TERCI, E. T. Industrialização e seus impactos na urbanização do interior paulista: uma análise comparada de Americana, Piracicaba e Santa Barbara Doeste. **Revista história econômica & história de empresas**. XII. 1 (2009), 33-69.

VELOSO, A. F; VILLELA, A; GIAMBIAGI, F. Determinantes do “Milagre Econômico Brasileiro” (1968-1973): uma análise empírica. **Texto para discussão n° 1273 IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Abril, 2007. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em 05 de out. 2012.

VERGARA, S. C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. São Paulo: Atlas, 2000.

VIANA, P. V. C; ELIAS P. E. M. A Cidade senatorial, cidade industrial: espaço urbano e política de saúde em São José dos Campos, São Paulo, Brasil. **Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 23(6):1295-1308, jun, 2007**. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v23n6/04.pdf>>. Acesso em 07 de ago. 2012.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e Políticas de Desenvolvimento Regional: o Vale do Paraíba na segunda metade do Século XX**. 2009. 177f. Tese (Doutorado em História Econômica) – USP Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.



VIEIRA. E. T.; SANTOS. M.J. Desenvolvimento econômico regional – uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 8, n. 2, p. 344 – 369, mai. – ago. /2012. Disponível em <[WWW.rbgdr.com.br](http://WWW.rbgdr.com.br)>. Acesso em 02 de out. 2012.